



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO**

**PROCESSO: 0009680-86.2021.6.05.8000**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2021**

**OBJETO:** Curso ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD, para capacitação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificado no Anexo I do Edital.

**RECORRENTE: CNPJ:08.202.383/0001-92 ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO**

**contra-arrazoante: COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO . CNPJ/MF nº 38.538.337/0001-20.**

1. Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente, via Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), pelo licitante **ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO**, com fundamento no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, em face da decisão do Pregoeiro que inabilitou a recorrente para o pregão em epígrafe.

2. O Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRE/BA/045/2020, de 22 de abril de 2020, em cumprimento ao disposto no inciso VII, do artigo 17, do Decreto 10.024/2019, recebeu e analisou as razões de recurso da Recorrente e as alegações da Contra-arrazoante, de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.

3. Tais documentos encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras do Governo Federal.

**I – DAS PRELIMINARES**

4. Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, tanto por parte da Recorrente quanto da Contra-arrazoante, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93.

**II – DAS FORMALIDADES LEGAIS**

5. Na sessão pública do Pregão em referência, iniciado em **18/08/2021**, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua insatisfação contra sua inabilitação para o Pregão Eletrônico **nº21/2021**, restando estabelecida a data de **30/08/2021** como prazo final para apresentação das razões do recurso, tendo sido apresentadas as contrarrazões do recurso em **02/09/2021**.

6. Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o essencial pedido de modificação da decisão de aceitação da proposta que motivou o recurso em face às suas alegações.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

7. Verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto na Seção XII do instrumento convocatório, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

### III – DAS RAZÕES RECURSAIS

8. A Recorrente, insurge-se contra a decisão do Pregoeiro que inabilitou a recorrente, por não apresentar os documentos adequados de qualificação técnica, para o Pregão em referência, alegando que:

“Cabe ressaltar que, quando solicitada a apresentar sua documentação comprobatória, assim o fez, tempestivamente. Todavia, foi desclassificada com o argumento de que seus atestados não atendem ao objeto ora licitado, uma vez que o referido curso a ser contratado será na modalidade online; e, os atestados apresentados pela empresa, então arrematante, e desclassificada, apontavam Atestado de Capacidade Técnica em formato presencial em Curso de Oratória.

Desta forma, cabe destacar que esta licitante encaminhou diversos atestados de capacidade técnica, originários de contratos prestados junto à administração pública, com enfoque e tema de serviços de natureza similar ou até mesmo superior, em questão de carga horária e conteúdo programático, ou mesmo com maior quantidade de temas desenvolvidos.

Também enviou atestados de cursos desenvolvidos e realizados em formato online. De modo que atende plena e satisfatoriamente a condição técnica.

Ocorre que o critério adotado pelo edital, e utilizado para a desclassificação desta empresa, limita a concorrência, não privilegiando nem o menor preço ofertado, nem a boa condição técnica da equipe que irá realizar o serviço.

Logo, vale reforçar que, no campo jurídico, conforme Parecer Número 30 do Tribunal de Contas da União – Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos n. 30, das Sessões 17 e 18 de agosto de 2010, quanto à exigência editalícia dos atestados:

“Exigência editalícia de que um dos atestados envolva objeto idêntico ao licitado:

O relator comunicou ao Plenário haver adotado medida cautelar determinando à Prefeitura Municipal de Ibatiba/ES que se absteresse de praticar “quaisquer atos visando dar execução” aos contratos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

decorrentes das Tomadas de Preços nos 3 a 8/2010, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões levantadas em processo de representação. Os referidos certames tiveram como objeto, em síntese, a construção de praças e a execução de obras de drenagem e pavimentação em ruas do município. Em seu despacho, o relator chamou a atenção para o fato de que o edital exigia que um dos atestados apresentasse objeto idêntico ao licitado, ao passo que a Lei n.º 8.666/93, em seu art. 30, § 1º, I, estabelece que a comprovação de aptidão para execução de obra ou serviço deve ser pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação. Para o relator, a melhor exegese da norma é a de que “a referida comprovação de aptidão deva ser demonstrada exclusivamente mediante a comprovação de serviços similares, e não idênticos àqueles a serem contratados. Os quesitos a serem exigidos nos atestados devem, ainda, ficar restritos ao mínimo necessário a assegurar a competência técnica da licitante”. De acordo com o relator, este e outros fatos mencionados pela representante, somados ao pequeno número de empresas que acorreram a cada um dos certames, suscitavam questionamentos acerca da real disputa entre os participantes. Por fim, considerou presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, requisitos indispensáveis ao deferimento da medida cautelar, referendada pelo Plenário. Decisão monocrática no TC-021.115/2010-9, rel. Min. Benjamin Zymler, 18.08.2010”.

Ressalta-se ainda que o art. 30, da Lei 8.666/93, estabelece:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Vejamos, se são serviços SIMILARES ou EQUIVALENTES, então os atestados apresentados pela empresa Alberto Antonio atendem às exigências editalícias.

Ainda neste sentido, seguem as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União, que tratam sobre a aceitação dos atestados de capacidade técnica para a celebração de contratos administrativos:

“Com efeito, esta corte tem firmado entendimento de que a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados que demonstrem experiência na execução dos serviços deve referir-se às parcelas de maior relevância técnica e corresponder a percentuais razoáveis, sob pena de restringir a competitividade do certame, em afronta ao art. 3º, par. 1º, inciso I, da Lei 8.666/93”. (Acórdão nº 585/2009, Plenário, rel. Min. Benjamin



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

Zymler)

“As exigências de comprovação de qualificação técnico-profissional devem se restringir às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo e indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Acórdão nº 1.876/2006, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes)

Ainda, sobre a questão da Análise do Atestado de Capacidade Técnica, o entendimento do TCU é de que o administrador não pode julgar a compatibilidade dos atestados em critérios subjetivos, uma vez que o mesmo está adstrito ao princípio da vinculação ao edital e da imparcialidade, ambos expressos no art. 3º da Lei de Licitações. .”

#### IV – DO PEDIDO DA RECORRENTE

9. Requer a Recorrente:

“diante de tal observação, esta empresa solicita, respeitosamente, que se habilite a empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO, tornando-a vencedora do pregão, e realizando sua consequente adjudicação..

#### V – DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

10. Em contrarrazões, a empresa **COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, assegura que:

“A empresa Recorrida está participando da licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 021/2021, a qual tem como finalidade a contratação de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD, para capacitação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, sendo a mesma, inicialmente classificada em 4º lugar, pelo critério menor preço, onde, após inabilitação das três primeiras empresas, em especial, a Recorrente, sendo convocada para apresentação de seus documentos de habilitação e proposta readequada, o que fez tempestivamente e com eficiência, sendo assim, declarada HABILITADA, conforme publicidades dos atos pelo portal de compras [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), do dia 18 de agosto de 2021. Embora lhe seja facultado o direito de petição, os recursos apresentados pela Recorrente somente tem o propósito de tumultuar e retardar o procedimento licitatório, tendo em vista, que a Recorrente, já havia sido inabilitada do aludido certame, não lhe restando qualquer respaldo legal, de cunho administrativo, para que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

a Administração Pública desprezasse o rito legal do processo, na  
ilusória expectativa, de que houvesse um revés da justa e lícita  
decisão do Ilmo. Pregoeiro.

Ademais, a empresa recorrida cumpriu corretamente todos os requisitos de habilitação e apresentou proposta comercial readequada ao seu último lance, tempestivamente, em conformidade com o Edital e seus anexos, corroborado pela correta decisão de habilitação por parte desta conceituada Comissão de Licitação. Ressalta-se também, a atenção que a Recorrente merece observar, quanto ao risco de eminente sanção administrativa, por evidente, intenção de tumultuar a atrasar a conclusão do processo e o início do curso, conforme previsão legal, agravado também pelo fato de que as demais concorrentes, cujas propostas e ordem de colocação no certame, lhe permitiam a prerrogativa de interposição de recursos, porém, não o fizeram no caso vertente.

Portanto, a Recorrente pretende com o recurso em referência tão somente insistir com seu pedido de reconsideração, mesmo não tendo demonstrado sua capacidade técnica, através de atestados de capacidade, na modalidade EaD, para o curso objeto do Edital, apresentando as mesmas alegações que justificaram a manutenção de sua inabilitação, tumultuando o processo licitatório que está sendo realizado com lisura e transparência pela Comissão de Licitações do TRE-BA, desde o início da publicação do processo.

PRELIMINARMENTE

Aduz o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, quanto à regulamentação do artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, que tratou de instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o conceito de tal matéria, onde está tipificada nos seguintes artigos que abaixo transcrevemos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

DAS

RAZÕES

A empresa Recorrente, ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

GRANATO, alega em memoriais, que cumpriu com integridade os requisitos de sua capacidade técnica, em especial quanto aos acervo técnico apresentado, todavia, NÃO foi compatível com o objeto licitado, conforme justificativa assertiva do Ilmo. Sr. Pregoeiro e subitem 11.1.7 do Edital.

A empresa Recorrente, talvez numa medida “desesperada” e demonstrando claramente sua desatenção aos documentos anexados no sistema e via e-mail, apresentou argumentos vazios e sem qualquer fundamento lógico que desse amparo legal ao seu discurso inconsistente, sugerindo sua habilitação mesmo descumprindo as exigências técnicas do edital.

DO

MÉRITO

A empresa Recorrida demonstra que as alegações da Recorrente quanto à sua habilitação, não são condizentes com a cristalina verdade dos documentos constantes do processo licitatório. Além disso, a tentativa de prejudicar imotivadamente o processo licitatório é um desrespeito para com o TRE-BA e para com os demais participantes do processo licitatório, haja vista, o descumprimento ao disposto no subitem 11.1.7, in verbis: “Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD.”

Embora desnecessário, pois, todos os documentos levados pela Recorrida que comprovam a sua efetiva habilitação, estão corretamente apensados ao processo, mesmo assim, a COODERJ, demonstrará que os pontos suscitados pela empresa “ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO”, são de todo inconsistentes e infundados, tendo em vista, o descumprimento ao subitem 11.1.7 do Edital.

Em que pese os argumentos da empresa Recorrente, mister salientar, que em nenhum momento a empresa Recorrida desrespeitou ao Edital e/ou feriu de morte, os princípios atinentes à Licitação Pública, em especial ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (estrito cumprimento do Edital ou rigorosa observância das condições do Edital), que é o princípio essencial, cuja inobservância ensejaria nulidade do procedimento, obrigando a Administração e a licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório. Mencionado no artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, tem seu sentido explicitado no artigo 41, caput, da mesma



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

legislação: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Devendo assim, o julgamento e a classificação das propostas, serem de acordo com os critérios de avaliação constantes do Edital (Art. 43, V, da referida Lei). O que se observa é que a Comissão de Licitações do TRE-BA, em nenhum momento descumpriu o que estabelece o Edital e seus anexos. Portanto, foram respeitados todos os princípios básicos que regem a Administração Pública, principalmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o da legalidade. Lembramos o que o saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles em sua obra denominada Licitação e Contrato Administrativo, 11ª edição, editora Malheiros, diz textualmente sobre a vinculação ao instrumento convocatório – o edital:

“A vinculação ao edital, princípio básico da licitação, significa que a Administração e os licitantes ficam adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas regras de certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o Órgão ou Entidade licitadora”. (g.n.)

Ressalte-se que a Lei Federal de Licitações torna defeso qualquer tipo de subjetivismo ou de discricionariedade pelos agentes da Administração, uma vez que os mesmos encontram-se jungidos ao PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, o qual determina que os atos a serem praticados estejam vinculados aos dados constantes da norma legal, devendo os mesmos serem seguidos em suas minúcias especificadas em Lei, sob pena de invalidação do próprio ato desvirtuado da previsão legal, bem como ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, o qual obriga que os componentes das Comissões de Licitação submetam-se ao que foi estipulado pela norma editalícia, princípios estes, previstos no Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, e aquele último, também, no Art. 41, do mesmo diploma legal, onde se lê:

“Art. 41 – A Administração não poderá descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” É entendimento corrente na doutrina, como na jurisprudência, que o Edital, no procedimento licitatório constitui lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação. Diante dos fatos acima narrados, é possível constatar que a D. Comissão de Licitação agiu corretamente ao observar os critérios e os procedimentos previstos no Edital para julgamento dos





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

documentos de habilitação das licitantes, mormente quando verificada a ausência de qualquer questionamento ou impugnação da empresa Recorrente, quanto aos correspondentes dispositivos contidos no Edital. “

## V – DA ANÁLISE DO RECURSO

11. Preliminarmente, cumpre ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº8666, de 21 de junho de 1993, que dispõe:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e **julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (BRASIL, 1993, grifos nossos).**”

12. Imperioso destacar que tal disposição é corroborada pelo disposto no art. 2º, do Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019, in verbis:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.  
§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.  
§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (BRASIL, 2019, grifei).”

13. Isto posto, passo à análise do mérito.

14. No tocante as alegações relativas à inabilitação da empresa **ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO**, afirmando que o “critério adotado pelo edital, e utilizado para a desclassificação desta empresa, limita a concorrência, não privilegiando nem o menor preço ofertado, nem a boa condição técnica da equipe que realizará o serviço”, foi motivo de impugnação ao edital acima referido, por empresa que pretendia participar dessa licitação, impugnação essa que foi combatida pela Administração, tendo





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

sido mantidos todos os itens do Edital. Procedimento esse que a empresa recorrente deveria ter adotado, antes de participar do certame sem atender aos requisitos do edital no que se refere à capacitação técnica.

15. Na análise da impugnação ora ofertada, presente no quadro de avisos do Pregão 21/2021 no site Comprasnet, assim se manifestou a assessoria jurídica da administração:

“... 5.2. Afirmado, assim, pelo ilustre doutrinador, que é possível e legítimo exigir-se a experiência do licitante na execução de certo objeto contratual. 6. Pois bem, nesta linha de raciocínio, reputamos válida a restrição imposta no edital do Pregão nº 21/2021, vez que a capacidade de elaborar um curso na modalidade EAD, sem qualquer delimitação quanto ao conteúdo, poderia levar à contratação insatisfatória. 6.1. Vejam que o TR, e, conseqüentemente, o edital, não trouxeram qualquer exigência quanto aos profissionais da empresa, o que poderia ter sido feito, inclusive em conjunto com a exigência que ora se faz. 6.2. Optou este Tribunal em avaliar a capacidade da licitante, através da sua experiência na elaboração de curso EAD, especificamente na temática "oratória", entendendo que a experiência geral, em outros temas, não lhe traria o que chamamos de segurança mínima para uma boa contratação. 7. É preciso lembrar, ainda, que a contratação de treinamentos para a capacitação de servidores já mereceu atento olhar da Corte de Contas, que, diante das vivenciadas dificuldades em se licitar de modo satisfatório, recomendou, desde que preenchidos determinados requisitos, a contratação direta (Decisão nº 439/98, Plenário - TCU). 7.1. Neste aspecto, vejamos o que afirmou o Prof. Luis Claudio de Azevedo Chaves, em artigo discorrendo sobre a questão: "O primeiro ponto diz respeito à obrigação de realizar licitação. Como o dever de licitar é imperativo e fazê-lo pelo critério de menor preço é regra geral, o problema advém da imensa dificuldade de se estabelecer critérios de aferição idôneos que apontem com segurança a proposta efetivamente mais vantajosa, o que eleva sobremaneira o risco de insucesso na contratação. A experiência tem demonstrado que contratos dessa natureza, quando licitados, não raro, anotam má prestação de serviço e não atendimento aos objetivos colimados." 7.2. Corrobora-se, assim, a necessidade de acautelar-se a Administração em contratações nesta área, principalmente quando o fizer mediante procedimento licitatório. 8. Ante o exposto, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias para a contratação "do curso ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD", visando à satisfatória capacitação de seus servidores, quando restringiu a experiência das concorrentes na específica temática tal qual visto na condição 11.1.7, "a" do edital do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

Pregão nº 21/2021, acima transcrito (tópico 3). **9. *Opinamos, portanto, pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se as condições de habilitação na forma originariamente vista no edital ora publicado***”.

16. Ressalta-se que a Administração não está vinculada a somente um dos princípios norteadores das contratações públicas, e não pode utilizar-se somente de um em detrimento aos demais.

17. Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar a documentação referente a habilitação com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

18. No andamento deste processo pode se observar que em todas as suas etapas este Pregoeiro utilizou-se de julgamento sem excessos, ressalta-se ainda que o cumprimento ao Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório foi obedecido, assim como os demais princípios norteadores da Administração Pública.

## VI - DA CONCLUSÃO

19. Com base no todo exposto, parece-nos insuficientes as justificativas apresentadas pela Recorrente para demonstrar a qualificação técnica em sua documentação de habilitação, não foi encontrado amparo legal ou elementos jurídicos para substanciar suas alegações, e conseqüentemente modificar a decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

## VII – DECISÃO

20. Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa **ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO CNPJ:08.202.383/0001-92** para, **NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão anteriormente proferida. Diante disso, em respeito ao art. 13, IV, e art. 17, VII, ambos do Decreto nº 10.024/2019, mantenho a decisão, encaminhando-a à autoridade competente para superior análise e deliberação.

Santa Bárbara, 08 de setembro de 2021.

**Marcos de Albuquerque Mello**

Pregoeiro/TRE/BA